

**COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN
CNPJ 34.040.345/0001-90**

Autoridade Portuária

Empresa Vinculada à Secretaria Especial de Portos/Presidência da República

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2008

**NATAL – RN
DEZEMBRO/2008**

SUMÁRIO

	PÁGINAS
Apresentação	5
1. Informações Gerais de Identificação da Unidade Jurisdicionada	6
2. Objetivos e Metas	7
2.1. Identificação do Programa	7
2.1.2. Descrição do Objetivo Geral, Objetivos Específicos e Beneficiários	7
2.1.3. Avaliação do Resultado	11
2.1.4. Indicadores ou Parâmetros Utilizados para Avaliação	14
2.1.5. Metas Físicas e Financeiras	17
2.2. Indicador ou parâmetro utilizado para Avaliar o Desempenho da Gestão Institucional sob Exame das Contas	24
3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, conforme Quadro II.A.1	24
4. Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores Quadro 11.A.2	24
5. Informações sobre as Transferência Mediante, Convenio, Acordo, Ajustes, Termo de Parceria ou outros Instrumentos Congeneres	24
6. Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas	25
7. Demonstração do Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas com Recursos Externos	26
8. Informação sobre Renúncia Tributária	26
9. Declaração do Gestor de que o Beneficiário Direto de Renúncia, bem como da contrapartida comprovaram no Exercício que se Encontra em Situação Regular com os Pagamentos dos Tributos Juntos à SRFB, ao FGTS e à Seguridade Social	26
10. Resultado da Avaliação do Impacto Sócio Econômico das Operações de Fundo	27
11. Demonstrativo Sintético dos Valores Gastos com Cartões de Créditos, Discriminando o Total e a Quantidade de Despesas mediante fatura e Saques no Período a que se refere o Relatório de Gestão	27
12.. Informações sobre providencias adotadas para dar Cumprimento às Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno expedidas no Exercício ou as Justificativas para o caso de não cumprimento	27
13. Informações sobre providencias adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento	34
14. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria.	34
15. Demonstrativos relacionados às dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais	34
16. Outras informações consideradas pelo responsável como relevantes para avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	34

ÓRGÃOS COLEGIADOS

CONSELHO FISCAL

Conselheiros	Jairo Rodrigues da Silva	Representante do Ministério dos Transportes Período: 01.01.2008 a 30.04.2008
	José Antonio Fernandes da Rocha Pita	Representante da Secretaria Especial de Portos Período: 30.04.2008 a 17.10.2008
	José Newton Barbosa Gama	Representante da Secretaria Especial de Portos Período: 17.10.2008 a 31.12.2008
	Afonso Luiz Costa Lins júnior	Representante do Ministério dos Transportes Período: 01.01.2008 a 31.12.2008
	Rodrigo Silveira Veiga Cabral	Representante do Ministério da Fazenda Período: 01.01.2008 a 30.04.2008
	Ézio de Luna Freire Júnior	Representante do Ministério da Fazenda Período: 30.04.2008 a 31.12.2008
	Álvaro Fernandes Freire Filho	Representantes dos Acionistas Minoritários Período: 01.01.2008 a 31.12.2008

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Adelaide Cristina de Oliveira	Representante do Ministério dos Transportes Período: 01/01/2008 a 11/01/2008
	Fernando Victor Castanheira de Carvalho	Representante da Secretaria Especial de Portos Período: 11/01/2008 a 29/02/2008
	José Ricardo Ruschel dos Santos	Representante da Secretaria Especial de Portos Período: 29/02/2008 a 31/12/2008
Membros	Adelaide Cristina de Oliveira	Representante do Ministério dos Transportes Período: 17/10/2008 a 31/12/2008
	Emerson Fernandes Daniel Júnior	Presidente da CODERN/SEP Período: 01/01/2008 a 31/12/2008
	Eugênio Leopoldo Rosado Cascudo Rodrigues	Representante da Classe Empresarial Período: 01/01/2008 a 31/12/2008
	Manoel Alves Neto	Representante da Classe Trabalhadora Período: 01/01/2008 a 31/12/2008
	Mônica Maria Libório F. de Araújo	Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Período: 01/01/2008 a 31/12/2008
	Airton Paulo Torres	Representante dos Acionistas Minoritários Período: 01/01/2008 a 31/12/2008

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor - Presidente

Emerson Fernandes Daniel Júnior

Período: 01/01/2008 a 31/12/2008

Diretor Administrativo e Financeiro

Gustavo Henrique Teixeira de Faria

Período: 01/01/2008 a 31/12/2008

Diretor Técnico – Comercial

Hanna Yousef Emile Safieh

Período: 01/01/2008 a 31/12/2008

APRESENTAÇÃO

Os procedimentos adotados estão de acordo com a Lei Nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei Nº 11.638/2007, de 28/12/2007 e Medida Provisória Nº 449/2008, de 03/12/2008 que regem as sociedades por ações e demais legislações pertinentes, observando-se ainda as determinações constantes da Instrução Normativa TCU Nº 57/2008, de 27 de agosto de 2008 e Decisões Normativas TCU Nº 93/2008 e Nº 94/2008 TCU, ambas datadas de 03 de dezembro de 2008.

Tem por objetivo apresentar as principais ações desenvolvidas e os resultados alcançados no decorrer do exercício de 2008.

Estão consolidados ao presente Relatório, além do Terminal Salineiro de Areia Branca e do Porto de Natal os dados recebidos da Administração do Porto de Maceió – APMC, administrado por esta Companhia, mediante Convênio.

A. CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA

1. Informações Gerais de identificadores da unidade jurisdicionada

Nome	Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN
CNPJ	34.040.345/0001-90
Natureza Jurídica	Sociedade de Economia Mista
Vinculação Ministerial	Secretaria Especial de Portos/Presidência da República
Endereço completo da sede	Av. Engº Hildebrando de Góis, Nº 220-Ribeira–Natal–RN–CEP 59.010-700 Tel. (xxx) 84 4005-5311 – FAX (xxx) 84 4005-5320
Página na internet	www.codern.com.br
Código e nome do órgão das unidades gestoras e gestões no SIAFI	Unidade Gestora 396005 e Gestão 39815
Norma de criação	Ata de Constituição e Estatuto Social aprovado pelo Decreto Nº 66.154, de 29/01/1970, publicado no D.O.U. de 03/02/1970.
Finalidade da Unidade	<p>A CODERN tem por objetivo social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, a administração e a exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio Grande do Norte sob sua jurisdição e responsabilidade e demais funções inerentes ao exercício da autoridade portuária nos termos da Lei Federal Nº 8.630 de 25 de fevereiro de 1993.</p> <p>Além do objeto social acima a CODERN poderá realizar a administração e exploração comercial de portos organizados e instalações portuárias localizadas em outros Estados, bem como administrar vias navegáveis interiores, por delegação do Governo Federal, mediante assinatura de convênios (caso da Administração do Porto de Maceió).</p> <p>Para realização de seu objeto social, compete à CODERN:</p> <ol style="list-style-type: none"> Estabelecer, onde for necessário ao desempenho de suas atividades, agências, escritórios ou representações; Captar, em fontes internas ou externas, recursos a serem aplicados, na execução de sua programação; Participar, como sócio ou acionista de outras entidades públicas ou privadas, observada a legislação pertinente; Promover a realização de estudos, planos e projetos de construção, ampliação, melhoramento, manutenção, operação dos portos e instalações portuárias sob sua jurisdição e responsabilidade e das vias navegáveis interiores que lhe forem incumbidas por delegação do Governo Federal; Promover a realização de obras e serviços de construção, ampliação e melhoramento dos Portos, instalações portuárias sob sua jurisdição ou responsabilidade e, por delegação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores; Promover a realização de obras e serviços de defesa de margens e costa e de fixação de dunas, desde que necessários à proteção dos portos, sob sua jurisdição ou responsabilidade, ou de seus acessos; Fiscalizar a exploração dos Terminais Privativos localizados em sua zona de jurisdição.
Normas que estabelecem a estrutura orgânica	Estatuto Social, Regimento Interno, Manual de Estrutura Organizacional e Plano de Cargos, Carreira e Salários.
Função de governo	Transportes
Tipo de Atividade	Administração e Exploração Comercial de Portos Organizados
Situação da unidade	Em funcionamento

2. Objetivos e Metas

2.1. Identificação do Programa

Programa 1459 – Vetor Logístico Nordeste Setentrional

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas
Objetivos específicos	Recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária.
Público-alvo (beneficiários)	Usuário de transportes nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

2.1.2 Descrição do Objetivo geral, objetivos específicos e beneficiários

2.1.2.1. Ação 10VP – Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Natal - RN

Tabela Nº 01 – Dados gerais do programa

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Dotar as instalações portuárias de condições de segurança e de prevenção a ameaças de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam suas atividades
Objetivos específicos	A ação consiste em implantar sistema de segurança utilizando tecnologias de controle como câmara de vídeo (CFTV), isolamento físico com muros e cercas, guardas equipados e treinados, sistema de controle de acesso e troca de informações entre os responsáveis da Instalação Portuária e dos navios. A ação ocorrerá nos limites dos Portos e Terminais Portuários, cais de acesso e bacia de evolução
Público-alvo (beneficiários)	Área portuária, instalações administrativas, armadores, donos de mercadorias, municípios circunvizinhos e usuários em geral.

2.1.2.2 Ação 10VV – Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Terminal Salineiro de Areia Branca - RN

Tabela Nº 02 – Dados gerais do programa

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Dotar as instalações portuárias em condições de segurança e prevenção a ameaças de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam suas atividades
Objetivos específicos	A ação consiste em implantar sistema de segurança utilizando tecnologias de controle como câmara de vídeo, isolamento físico com muros e cercas, guardas equipados e treinados, sistema de controle de acesso e troca de informações entre os responsáveis da Instalação Portuária e dos navios. A ação ocorrerá nos limites dos Portos e Terminais Portuários, cais de acesso e bacia de evolução
Público-alvo (beneficiários)	Área portuária, instalações administrativas, armadores, donos de mercadorias, municípios circunvizinhos e usuários em geral.

2.1.2.3 Ação 1D15 – Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Maceió - AL

Tabela Nº 03 – Dados gerais do programa

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Dotar as instalações portuárias de condições de segurança e de prevenção a ameaças de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam suas atividades
Objetivos específicos	A ação consiste em implantar sistema de segurança utilizando tecnologias de controle como câmara de vídeo, isolamento físico com muros e cercas, guardas equipados e treinados, sistema de controle de acesso e troca de informações entre os responsáveis da Instalação Portuária e dos navios. A ação ocorrerá nos limites dos Portos e Terminais Portuários, cais de acesso e bacia de evolução
Público-alvo (beneficiários)	Área portuária, instalações administrativas, armadores, donos de mercadorias, municípios circunvizinhos e usuários em geral.

2.1.2.4 Ação 1D50 – Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN

Tabela Nº 04 – Dados gerais do programa

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Adequar e oferecer melhores condições operacionais no Terminal Salineiro de Areia Branca buscando atender a demanda do consumo interno e da exportação de sal.
Objetivos específicos	Repotencialização do sistema de atracação de navios do Terminal Salineiro de Areia Branca com a construção de 02 (dois) novos dolphins e reforço dos 03 (três) existentes para receber navios de até 75.000 TPB.
Público-alvo (beneficiários)	A indústria salineira da região, armadores, indústria cloroquímica brasileira e, por consequência, a economia nacional, a economia do Rio Grande do Norte e a todos os consumidores.

2.1.2.5 Ação 2C05 – Manutenção da Infra-estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca - RN

Tabela Nº 05 – Dados gerais do programa

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Atender a demanda do Consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais.
Objetivos específicos	Recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária.
Público-alvo (beneficiários)	A indústria salineira da região, armadores, indústria cloroquímica brasileira e, por consequência, a economia nacional, a economia do Rio Grande do Norte e todos os consumidores.

2.1.2.6 Ação 2D18 – Manutenção da Infra-estrutura do Porto de Natal - RN

Tabela Nº 06 – Dados gerais do programa

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Atender a demanda do Consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais.
Objetivos específicos	Recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária.
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários do Porto e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.

2.1.2.7 Ação 7714 – Dragagem da Bacia de Evolução do Porto de Natal - RN

Tabela Nº 07 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Objetivo geral	Continuar assegurando condições de atracação de navios de grande porte no Porto de Natal
Objetivos específicos	Aumentar para -12,5 m o aprofundamento da Bacia de Evolução Dragagem e do Canal de Acesso para permitir atracação
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.

2.1.2.8 Ação 6504 – Estudos e Projetos para Racionalização de Operação Portuária e Proteção ao Meio Ambiente

Tabela Nº 08 – Dados gerais do programa

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Atender exigências de mercado da indústria cloroquímica, aumentando a velocidade de transferência de sal entre a área de armazenagem no Porto Ilha e o embarque e melhorar ainda mais as condições de escoamento dos produtos pelo Porto de Natal.
Objetivos específicos	Elaboração de estudos de viabilidade econômica, projetos executivos, estudos batimétricos e ambientais, visando à recuperação e ampliação das instalações e equipamentos para manter o Porto-Ilha e o Porto de Natal em perfeitas condições de funcionamento.
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.

2.1.2.9 Ação 10EE – Obras de Recuperação e Adequação de Infra-estrutura do Porto de Natal - RN

Tabela Nº 09 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Objetivo Geral	Atender a demanda do consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais
Objetivos Específicos	Recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.

2.1.2.10 Ação 10RW – Ampliação e Recuperação dos Portos no Estado do Rio Grande do Norte

Tabela Nº 10 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Objetivo Geral	Atender a demanda do consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais
Objetivos Específicos	Recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.

2.1.2.11 Ação 1K78 - Pavimentação do Acesso Rodoviário ao Terminal Açucareiro do Porto de Maceió - AL

Tabela Nº 11 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Objetivo Geral	Dotar o Porto de Maceió de facilidade de acesso ao Terminal Açucareiro
Objetivos Específicos	A ação consiste em pavimentar o acesso ao Terminal Açucareiro
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das instalações do Terminal Açucareiro e a economia de Alagoas.

2.1.2.12 Ação 4101 – Manutenção e Adequação dos Bens Imóveis

Tabela Nº 12 – Dados gerais do programa

Tipo do programa	Atividade
Objetivo geral	Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços.
Objetivos específicos	Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações, obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone, energia elétrica, etc., em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das instalações administrativas.

2.1.2.13 Ação 4102 – Manutenção e Adequação dos Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Tabela Nº 13 – Dados gerais do programa

Tipo do programa	Atividade
Objetivo geral	Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.
Objetivos específicos	Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas

	estatais que sejam contabilizados no imobilizado.
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das instalações portuárias.

2.1.2.14 Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Tabela Nº 14 – Dados gerais do programa

Tipo do programa	Atividade
Objetivo geral	Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.
Objetivos específicos	Realização de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das instalações portuárias.

2.1.3 Avaliação do Resultado

Disfunção Estrutura ou Situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas

Medidas implementadas ou a implementar para tratar as causas do insucesso

Responsáveis pela implementação das medidas

Os portos, como pontos nodais de todo o processo de exportação, se constituem indispensável e relevante infra-estrutura física e logística que facilita sobremaneira os canais de distribuição nos mercados consumidores, mas exigem efetivos investimentos, tanto em suas estruturas físicas como em seus equipamentos, de forma a ampliar a capacidade e a eficiência operacional necessárias.

Sabedora disto, esta diretoria executiva da Companhia Docas do Rio Grande do Norte examinou e examina sempre realisticamente os problemas que devem ser resolvidos, bem como as possibilidades de solução, e escolhe/escolheu com muito rigor aqueles desafios cuja atenção é impreterível. dentro de um quadro orçamentário restrito. Assim, os resultados encontrados para 2008, foram devidos a uma mobilização de coragem, determinação e boa vontade no agir com a finalidade de vencer entraves e atingir objetivos pré-definidos de alcançarmos para os nossos portos níveis de eficiência que garantam o seu pleno e eficiente funcionamento para que possam prestar decisivo e extraordinário apoio à economia dos estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas, funcionando como catalisadores de uma gama de empreendimentos.

Os resultados das ações estratégicas da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, no exercício de 2008, evidenciaram o acerto no diagnóstico e na definição dos planos de ação e dos princípios basilares de gestão revestidos de cunho integrador e transparência administrativa.

O crescimento das atividades no âmbito do complexo portuário sob a administração da CODERN/RN, garante a correção no caminho trilhado.

Em 2008, a movimentação geral do Porto de Natal se viu reduzida em 6,5% em relação ao ano de 2007, ocasionada pela queda nos embarques na ordem de 11,97%. O fato foi decorrente do encerramento das atividades no Porto do Natal e no Brasil do armador NYK/LauritzenCool que atuava há mais de 15 anos com navios “reefers” direcionados para as exportações de frutas no Estado. No entanto, numa ação comercial intensa da CODERN em parceria com o armador CMA-CGM/Marfret, o porto manteve parte dessa carga e permaneceu com o maior exportador de frutas do RN e outros de menor porte, mantendo as frutas tropicais como sendo o produto de maior volume de embarque. Como consequência, o serviço marítimo da CMA-CGM do Brasil que opera semanalmente, em conjunto com o armador Marfret, registrou sensível elevação da movimentação de contêineres e a diversificação das cargas, principalmente dos produtos de importação, até então restritos a maquinários para o parque industrial do RN. A pauta de importação do porto passou a ter produtos eletro-eletrônicos, tecidos, papel, porcelanatos e outros pisos, fazendo com que as perdas operacionais, previstas com a saída do armador no início do ano fossem amplamente atenuadas. No tocante ao embarque de açúcar em saco ocorreu acréscimo de 18,3% em relação a 2007. Já o desembarque de trigo a granel foi reduzido de 14%, em razão de fatores comerciais dessa commodity no mercado internacional, salientando que operacionalmente o porto foi capaz de movimentar (carregar/descarregar) eficaz e eficientemente toda as cargas que embarcou ou recebeu. No geral, as sistemáticas ações de contatos e visitas a clientes identificando suas necessidades e atendendo dentro das possibilidades financeiras e operacionais da CODERN, assim como a constante integração com os usuários do Porto de Natal, possibilitaram a movimentação de 320 mil toneladas de produtos. Além das operações de carga, passaram pelo porto 26 cruzeiros marítimos e cerca de 15 mil turistas em 5 meses compreendidos de janeiro a março, novembro e dezembro de 2008. Registra-se que tudo isso aconteceu com o Porto em pleno desenrolar de obras de pavimentação das vias de circulação internas e de expansão da capacidade de subestações de energia elétrica e do número de tomadas para contêineres “reefers”, fundamentais para melhorar o funcionamento de sua logística, adequá-lo ao novo cenário e lhe dar maior credibilidade. Outra ação logística estratégica que merece destaque é a abertura de conversações com a Prefeitura do Natal visando a indenização e remoção de 290 famílias na área do Maruim para ampliação do pátio de contêineres desse Porto. É o Porto de Natal dando sua contribuição para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte e garantindo um posicionamento ascensional para os próximos anos, particularmente após a dragagem prevista dentro do PAC para este 2009.

Com relação ao Porto-Ilha de Areia Branca, registramos um crescimento de 11,28% dos embarques de sal em relação a 2007. O destaque maior foi o incremento de 69,79% nos embarques destinados à exportação comparativamente a 2007. A conjugação de fatores tais como a conclusão, em maio de 2008, das obras de repotencialização do porto permitindo a atracação de navios de maior capacidade e a recuperação comercial do setor salineiro frente ao comércio internacional possibilitou esse resultado. Salientamos que essa obra foi executada de forma tecnicamente brilhante, inteiramente dentro dos parâmetros legais e à frente de todas as demais obras portuárias brasileiras que estavam sendo realizadas no período. Tudo isso foi e é possível principalmente pelo total comprometimento dos diretores e empregados da Codern conjugado a um intenso relacionamento de cooperação e estudos mantido com os clientes e usuários através de reuniões mensais da COMSUPER – Comissão Supervisora das Operações do Terminal, fazendo com que o Porto-Ilha seja um canal seguro e confiável para o escoamento do sal potiguar atingindo 1,9 milhões de toneladas de embarques em 2008.

Os recursos orçamentários relativos ao ano de 2008 disponibilizados para esta Codern (Natal e Areia Branca) foram integralmente comprometidos, tanto para realização de obras inadiáveis como para aquisições de equipamentos, todos de extrema e vital importância cuja não

execução poderia gerar situações falimentares de paralisação. Hoje, porém, está a nos faltar a necessária cobertura financeira de R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais) impossibilitando a continuidade de, frise-se, serviços de recuperação já em pleno andamento e garantidores da integridade das instalações portuárias e do pagamento de aquisições já processadas. Afirmamos que o drástico corte implementado nos valores requeridos para essas Ações (de recuperação) em 2009 nos impedem de recorrermos aos valores aprovados para este ano. Porém, a correção e o eficiente trabalho desempenhado nos propiciaram a aprovação dentro do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal de investimentos previstos para os anos de 2009 e 2010, de R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais) destinados a ampliação da plataforma de armazenamento de sal, do cais de barcas e de equipamentos do Porto Ilha.

Relativamente ao SANEAMENTO FINANCEIRO temos a relatar um processo de eliminação de débitos trabalhistas que reforçamos vitoriosamente a partir de dezembro de 2007 com inteira continuidade e complementação durante o ano de 2008, que compreendeu competentes negociações dos valores devidos, redução dos valores inicialmente apresentados e diligente acompanhamento processual que está também evitando a alimentação do passivo trabalhista. Tais procedimentos significaram a obtenção de reduções significativas dos débitos trabalhistas desta empresa, de patamares superiores a R\$ 14,0 milhões que recalculados e negociados alcançaram aproximados 2/3 (dois terços) daquele original valor ao final de dezembro de 2008 com o efetivo pagamento de aproximados 64 % da redução aqui apontada do pesado fardo trabalhista. Não nos limitamos ao enfrentamento das causas trabalhistas, a política de redução de despesas adotada de maneira firme e intransigente na empresa resultou em reduções diversas em vários itens, dos quais os mais significativos foram nos gastos com água e telefone que apontaram reduções na faixa de 50% e de 25% comparados ao exercício anterior. O firme propósito da Diretoria-Executiva da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, durante o exercício de 2008, de resgatar sua saúde financeira levou esta companhia que, ao final de 2007, apontava débitos correntes vencidos de até 10 (dez) meses, a um patamar satisfatório ao fim de 2008, com todos os pagamentos correntes efetuados dentro dos respectivos prazos.

No que concerne às exigências constantes do Plano de Segurança Pública Portuária da CODERN, e conforme preconiza o Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS CODE), destacaram-se, no ano de 2008, a contratação, formação e treinamento de 44 novos Guardas e Inspetores Portuários e a aquisição de armamento e fardamento novos. Os Portos de Natal e de Areia Branca estão plenamente certificados em estrita harmonia com as normas internacionais definidas pela Organização Marítima Internacional – IMO.

A Diretoria Executiva da CODERN vem buscando solucionar questões ligadas à obtenção de certidões negativas de débitos fiscais e previdenciários, por meio do parcelamento de dívidas e da regularização dos encargos sociais e tributários, de modo a fortalecer o processo de recuperação econômico-financeira da Empresa. Nesse particular mereceu destaque em 2008, o equacionamento de dívida frente à Prefeitura de Areia Branca, reduzida a 28% e parcelada sem juros em 180 meses.

No que se refere à Administração do Porto de Maceió vale salientar a continuidade da obra de construção do Cais para Contêineres daquele Porto com recursos do OGU alocado na Secretaria Especial de Portos, através dos Convenios DNIT/AQ/0268/2006-00, já concluído e SEP/001/2008-3ª Fase, que se encontra em execução e o início das obras de implantação do Sistema de Segurança (ISPS CODE)

O Porto de Maceió continuou estável com 62 empregados no final do exercício, ofereceu programas de treinamentos aos empregados na área de contabilidade, finanças e recursos humanos, efetuou redução no quantitativo de horas extras e reduziu valores dos contratos de

prestação de serviços, como também aprovou Norma de Operador Portuário. Destaca ainda como fato relevante a perspectiva da Criação da Companhia Docas do Estado de Alagoas e a Elaboração do Plano Diretor do Porto de Maceió, em parceria com o Setor Produtivo e o governo do Estado de Alagoas. Dentro de suas possibilidades, intensificará seus esforços, buscando os meios necessários, para a garantia da continuidade da Obra de Construção do Cais de Contêineres, além de viabilizar os Recursos para dragagem do Píer de Granéis Líquidos e reforço estrutural para aumento da profundidade do Porto de Maceió, mantendo as instalações portuárias em bom estado de conservação, visando sempre agregar novos produtos a sua movimentação e o conseqüente desenvolvimento econômico do Estado de Alagoas.

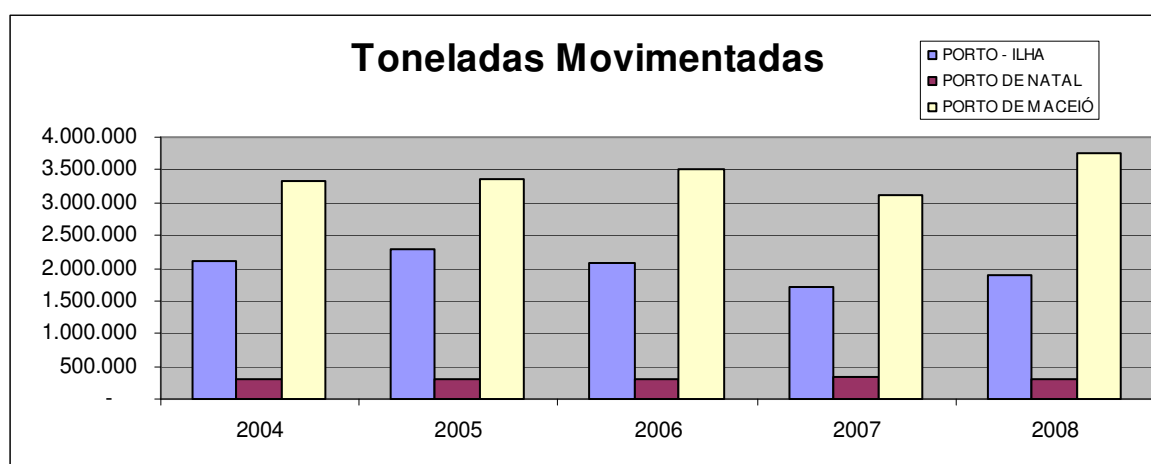
2.1.4 Indicadores ou Parâmetros Utilizados para Avaliação

A CODERN vem utilizando os indicadores abaixo relacionados enquanto não se aperfeiçoa os novos parâmetros em implantação para avaliação de gestão conforme determinado pela Portaria SEP Nº 214.

Movimentação Física

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

UNIDADES PORTUÁRIAS	Em ton.					VAR. % 2008/2007
	2004	2005	2006	2007	2008	
PORTO – ILHA	2.096.517	2.277.247	2.062.557	1.706.111	1.898.594	11,28
PORTO DE NATAL	320.239	311.248	308.902	342.243	320.121	(6,46)
PORTO DE MACEIÓ	3.324.224	3.353.324	3.511.207	3.113.369	3.753.343	20,56
TOTAL	5.740.980	5.941.819	5.882.666	5.161.723	5.972.058	15,70

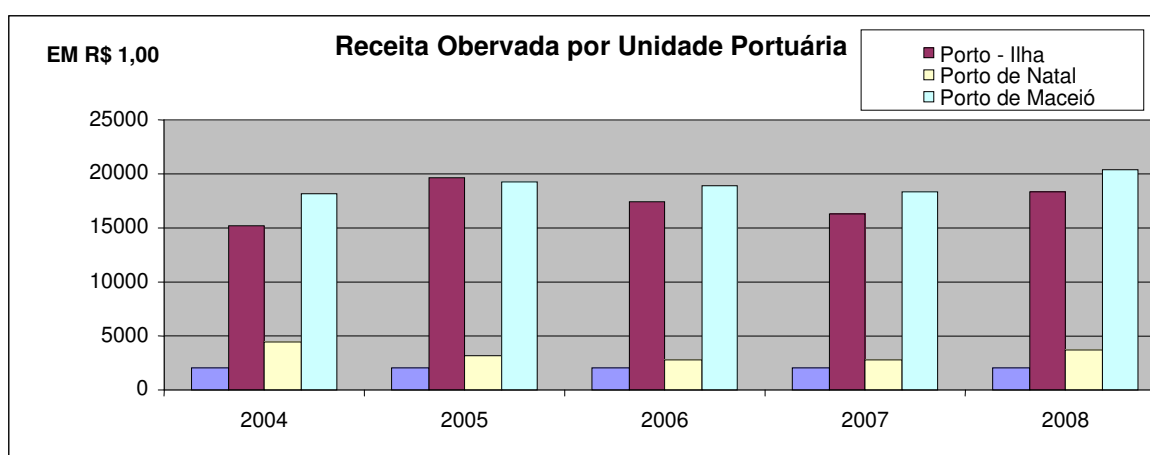


Situação Econômica Financeira

Evolução da Receita Bruta por Unidade Portuária

Evolução da
Receita

COMPONENTES	2004	2005	2006	2007	2008	VAR. % 2008/2007
Porto – Ilha	15.246	19.549	17.452	16.260	18.328	12,72
Porto de Natal	4.441	3.184	2.865	2.777	3.640	31,08
Porto de Maceió	18.224	19.192	18.967	18.371	20.305	10,53
Total	37.911	41.925	39.284	37.408	42.273	13,01



Evolução dos Custos Por Unidade Portuária

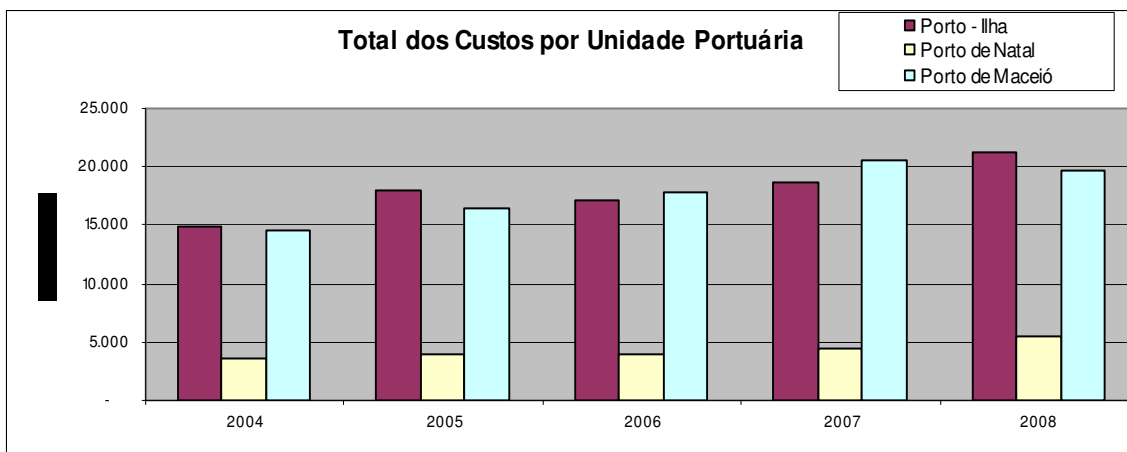
No Quinquênio 2004-2008

Evolução dos
Custos

Em R\$ mil

COMPONENTES	2004	2005	2006	2007	2008	VAR. % 2008/2007
Porto – Ilha	14.901	17.952	17.072	18.721	21.296	13,75
Porto de Natal	3.526	3.949	3.894	4.499	5.471	21,60
Porto de Maceió	14.618	16.462	17.892	20.577	19.688	(4,32)
Total	33.045	38.363	38.858	43.797	46.455	6,07

CODERN - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

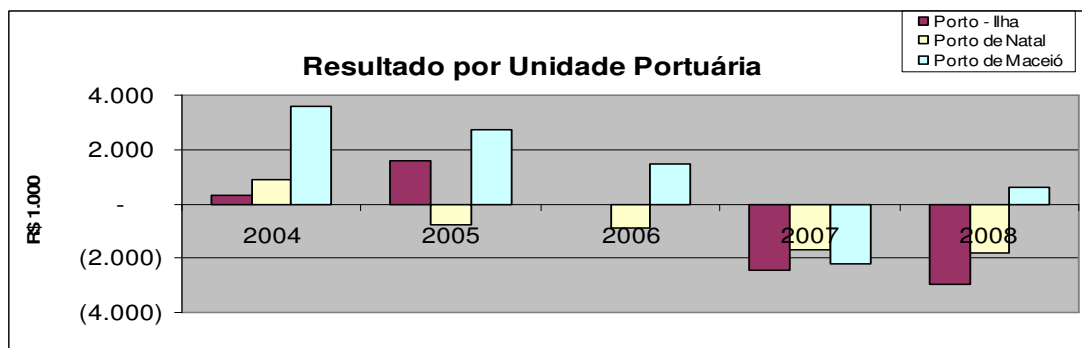


Evolução do Resultado Econômico por Unidade Portuária no Quinqüênio 2004-2008

Em R\$ 1.000

Evolução do Resultado

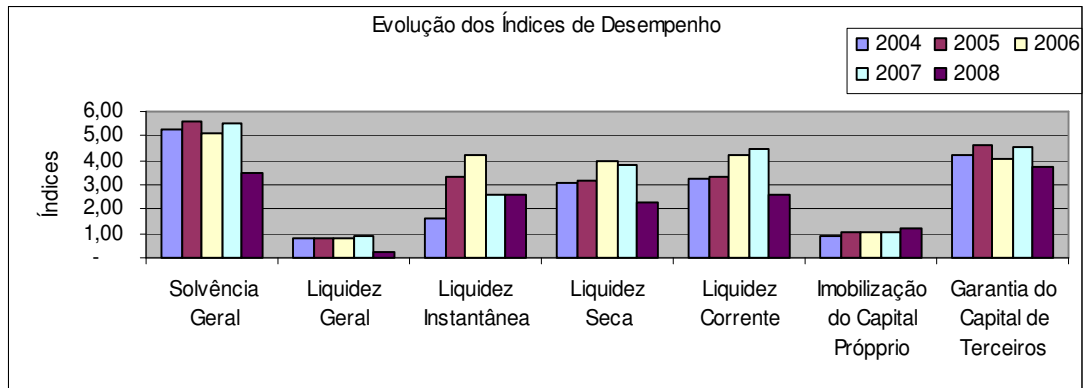
COMPONENTES	2004	2005	2006	2007	2008	VAR. % 2008/2007
Porto - Ilha	344	1.597	(5)	(2.461)	(2.968)	20,60
Porto de Natal	915	(765)	(914)	(1.722)	(1.830)	6,27
Porto de Maceió	3.606	2.730	1.487	(2.206)	616	127,92
Total	4.865	3.562	568	(6.389)	(4.182)	(34,54)



Demonstrativo do Desempenho dos índices Econômicos – Financeiros No Quinqüênio 2004 - 2008

Demonstrativo do Desempenho dos índices Econômicos – Financeiros

COMPONENTES	2004	2005	2006	2007	2008	% 2008/2007
Solvência Geral	5,25	5,62	5,08	5,54	3,46	(37,55)
Liquidez Geral	0,84	0,85	0,83	0,88	0,23	(73,86)
Liquidez Instantânea	1,63	3,30	4,19	2,60	2,58	(0,77)
Liquidez Seca	3,07	3,18	3,95	3,85	2,26	(41,30)
Liquidez Corrente	3,25	3,30	4,19	4,50	2,58	(42,67)
Imobilização do Capital						
Proferiu	0,86	1,03	1,04	1,03	1,24	20,39
Garantia do Capital de Terceiros	4,25	4,62	4,08	4,54	3,75	(17,40)



2.1.5 Metas Físicas e Financeiras

2.1.5.1 Orçamento de Investimentos (Demonstrativo Consolidado)

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
	45.213.385		16.894.093		37,4

Ressaltamos que o índice realizado de 37,4 % do valor aprovado de R\$ 45,2 milhões, se comparado aos recursos recebidos de R\$ 39,6, após exclusão de R\$ 5,4 milhões referentes a ação 2C05 - Manutenção da Infraestrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca - RN, R\$1,5 milhões da ação 2D18 – Manutenção da Infraestrutura do Porto de Natal – RN e R\$ 1,8 milhões da Ação 10EE – Ampliação e recuperação dos Portos no Estado do Rio Grande do Norte que se encontra indisponível em razão de bloqueios judiciais anteriores a esta gestão o índice de realização seria de 44,7 %

A seguir revelamos ao nível de ações os valores aprovados e realizados referentes ao Orçamento de Investimentos aprovado para o Exercício de 2008.

2.1.5.1.1 Ação 10VP - Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Natal - RN

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
63,0	1.263.917	33,7	675.650	53,5	53,5

Projeto financiado com recursos do Tesouro Nacional. Apresentou índices de realização física e financeira de 53,5 %. Foram realizadas aquisição e instalação de materiais e equipamentos para ampliação do Sistema de Segurança (ISPS – CODE) do Porto de Natal – RN e implantação de sistema adequado de intercomunicação entre a Sede da CODERN e o Terminal Salineiro de Areia Branca – RN e a execução de serviços de reforma e adequação das dependências da Guarda Portuária no Porto de Natal – RN, que se encontra em fase de conclusão.

2.1.5.1.2 Ação 10VV - Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) Terminal Salineiro de Areia Branca – RN

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
84,0	796.374	51,0	483.284	60,7	60,7

Projeto financiado com recursos do Tesouro Nacional. Apresentou índices de execução física de 51,0 % e financeira de 60,7 %. Foram realizadas aquisição e instalações de materiais e equipamentos para ampliação do Sistema de Segurança (ISPS-CODE) do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN.

2.1.5.1.3 Ação 1D15 - Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Maceió – AL

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
15,0	500.000	4,9	164.981	33,0	33,0

Projeto executado com recursos próprios. Apresentou índice de execução física de 4,9 % e financeira de 33,0 %. Os recursos foram aplicados na operação, manutenção e gerenciamento do sistema, execução de cadastro inicial de pessoal e veículos com fornecimento de estação e cadastro. A insuficiência de geração de receita própria não permitiu melhor desempenho na execução desta ação.

2.1.5.1.4 Ação 1D50 – Repotencialização do Sistema Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
32,0	8.583.170	29,7	7.968.532	92,8	92,8

Investimento realizado com recursos do Tesouro Nacional, contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Apresentou índice de execução física de 29,7 % e financeira de 92,8 %, encontrando-se concluída.

2.1.5.1.5 Ação 2C05 – Manutenção da Infra-estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	21.108.783	-	5.557.372	-	26,3

Projeto realizado com recursos do Tesouro Nacional. Valor aprovado de R\$ 21,1 milhões, sendo R\$ 9,6 milhões de Saldo de Exercício Anterior, R\$ 4,0 milhões de Dotação Ordinária e R\$ 7,5 milhões de remanejamento do Projeto 1D50-Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de

Areia Branca – RN, dos quais apenas R\$ 2,1 milhões foram liberados. A persistir a não liberação dos R\$ 5.400.000,00 restantes deixarão de serem cobertos serviços ou aquisições que abrangem itens de extraordinária importância para o funcionamento do Porto Ilha e cuja execução, registramos, é prioritária e improrrogável. Não houve execução física em razão de tratar-se de projeto de manutenção. Apresentou índice de realização financeira de 26,3 %. Foram realizadas aquisições de materiais e contratação de serviços de manutenção da infra-estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca, com destaque para: Recuperação e modernização do sistema eletromecânico, reforma estrutural, mecânica e tratamento anticorrosivo do Descarregador de Barcaças N° 02 (DB 02), aquisição de elementos de borracha e painéis sobressalentes para as defensas dos dolphins do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN, aquisição e instalação de sistema de monitoramento de atracação a laser. Foram contratados, também, a aquisição de 01 (um) Grupo Gerador de 1.000 KVA para a subestação elétrica do Porto-Ilha, serviços de reparos na BRANAVE IV, obras de recuperação do Carregador de Navios (CN), Torre de Transferência (Drive House) Mesa de Rotação (Turn Table), aquisições de 01 (uma) Pá Mecânica, e de 01 (um) Trator de Esteira, e, já licitada, a aquisição de 02 (duas) Empilhadeiras. Deixamos registrada a nossa preocupação com o fato de só termos obtido, do total de R\$ 15.210.000,00 (quinze milhões duzentos e dez mil reais) solicitado para 2009, a aprovação de insuficientes R\$ 2.635.000,00 (dois milhões seiscentos e trinta e cinco mil reais) para darmos continuidade a um eficiente trabalho de recuperação apoiado pela SEP e capitaneado aqui pela diretoria da Codern que visa dar ao Porto Ilha as efetivas condições de bem contribuir para a economia brasileira.

2.1.5.1.6 Ação 2D18 – Manutenção da Infra-estrutura do Porto de Natal – RN

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	3.000.000	-	-	-	-

Projeto executado com recursos do Tesouro Nacional. Não houve execução orçamentária em razão de haver sido liberado somente em dezembro de 2008 apenas 50,0 % do valor de R\$ 3,0 milhões aprovado para o exercício de 2008, sem tempo hábil para sua execução. O valor solicitado para esse ano de 2008 era de R\$ 8.250.000,00 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), e a redução apontada já havia prejudicado sensivelmente os planos que havíamos proposto e a recepção de apenas 50% (R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)) do orçamento aprovado e inteiramente comprometido para esta rubrica nos encontrou com vários serviços em execução sem a possibilidade de paralisação imediata que provocaria a impossibilidade de uso dos pátios e de instalações. Para 2009 solicitamos nessa rubrica R\$ 5.250.000,00 (cinco milhões duzentos e cinquenta mil reais) que não foram aprovados, nos deixando sem verba alguma para sequenciarmos um trabalho sério e conseqüente de revitalização desse Porto.

2.1.5.1.7 Ação 7714 – Dragagem de Aprofundamento da Bacia de Evolução do Porto de Natal – RN

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	20.226	-	20.226	-	100,0

Projeto financiado com recursos do Tesouro Nacional, decorrente de saldo de Exercício Anterior. Apresentou índice de execução financeira de 100,0 %. Não houve execução física em razão de tratar-se de elaboração de estudos batimétricos do Canal de Acesso da Bacia de Evolução e da Área de Despejo do Porto de Natal. Tais estudos serviram de base para a execução de projeto de dragagem a ser efetivado em 2009.

2.1.5.1.8 Ação 6504 – Estudos e Projetos para Racionalização de Operação Portuária e Proteção ao Meio Ambiente

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
1,0	91.402	1,0	91.402	100,0	100,0

Projeto executado com recursos do Tesouro Nacional. Apresentou índices de realização de 100,0 % para execução física e financeira. Foram realizados os seguintes estudos e projetos: Elaboração de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio para o Porto de Natal, Serviços de elaboração de Viabilidade Ambiental – EVA para Instalação da Unidade Portuária na Margem Esquerda do Rio Potengi, Levantamento Batimétrico em Áreas Específicas ao Longo do Canal Principal de Navegação de Acesso para o cálculo preciso do volume a ser derrocado para as cotas 8.5, 9.5, 10.5, 11.5, 12.5 e 13.5, Levantamento Batimétrico ao Longo do Canal de Acesso ao Terminal Salineiro de Areia Branca e na sua respectiva Bacia de Evolução/Fundeio, Elaboração das Especificações Técnicas para constarem no termo de referência para fins licitatórios e Elaboração do Relatório da Situação Físicas e dos Valores Comerciais das embarcações BRANAVE IV e Rebocador Cabedelo.

2.1.5.1.9 Ação 10EE – Ampliação e Recuperação dos Portos do Estado do Rio Grande do Norte

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
47,0	1.881.793	-	-	-	-

Projeto financiado com recursos do Tesouro Nacional, decorrente de Saldo de Exercício Anterior. Não houve realização nesta ação em consequência dos citados recursos alocados terem sido bloqueados pela Justiça do Trabalho pra atender demandas trabalhistas, tornando-os indisponíveis para investimentos.

2.1.5.1.10 Ação 10RW – Obras de Recuperação e Adequação de Infra-estruturar no Porto de Natal – RN

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
90,0	4.941.920	34,2	1.877.184	38,0	38,0

2.1.5.1.11 Ação 1K78 – Pavimentação do Acesso Rodoviário ao Terminal Açucareiro do Porto de Maceió – AL

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
52,0	1.300.000	-	-	-	-

Projeto financiado com recursos próprios. Não houve realização nesta ação em razão de insuficiência de geração de recursos.

2.1.5.1.12 Ação 4101.0027 – Manutenção de Bens Imóveis – AL

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	1.000.000	-	-	-	-

Ação financiada com recursos próprios. A insuficiência de geração de receita própria impediu a realização de investimentos nesta ação.

2.1.5.1.13 Ação 4102.0024 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – RN

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	240.000	-	10.156	-	4,2

Investimentos realizados com recursos próprios, com realização de 4,2 %. Foram adquiridos 02 (dois) condicionadores de ar SPLIT, 02 (dois) ventiladores, 01 (um) bureau e 02 (duas) poltronas. A Insuficiência de geração de receita própria impediu melhor desempenho nesta ação.

2.1.5.1.14 Ação 4102.0027 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – AL

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	145.000	-	34.670	-	23,9

Investimentos realizados com recursos próprios, com realização de 23,9%. Foram adquiridos 02 (duas) motocicletas, 01 (uma) máquina de calcular, 04

(quatro) condicionadores de ar SPLIT, 02 (dois) bebedouros, 04 (quatro) armários, 01 (uma) cadeira, 04 (quatro) bancos de madeira e 01 (um) toldo. A insuficiência de geração de Receita própria não permitiu melhor desempenho na execução desta ação.

2.1.5.1.15 Ação 4103.0024 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – RN

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	260.000	-	1.392	-	0,5

Investimentos realizados com recursos próprios, com realização de 0,5 %. Foram adquiridos 02 (duas) impressoras, 01 (um) nobreak, 01 (um) estabilizador de voltagem, 01 (um) disco rígido e 02 (dois) teclados PS2. A insuficiência de geração de receita própria impediu melhor desempenho na execução desta ação.

2.1.5.1.16 Ação 4103.0027 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – AL

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	80.800	-	9.272	-	11,5

Investimentos realizados com recursos próprios, com realização de 11,5%. Foram adquiridos 03 (três) notebooks, 02 (duas) impressoras a laser e 03 (três) monitores. A Insuficiência na geração de receita própria impediu melhor desempenho na execução desta ação.

2.1.5.2 Programa de Dispêndios Globais – PDG

Encontra-se abaixo quadro demonstrativo dos valores aprovados e realizados para o Programa de Dispêndios Globais – PDG para o exercício de 2008.

PROJETOS/ATIVIDADES	APROVADO	EXECUTADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO %
RECEITAS CORRENTES	51.818.209	42.272.984	81,58
Operacionais	43.894.781	34.916.199	79,55
Não Operacionais	7.923.428	7.356.785	92,85
REC. P/ AUM. PAT. LIQUIDO	26.613.374	19.098.608	71,76
Participação da União no Capital	26.613.374	19.098.608	71,76
TOTAL DOS RECURSOS	78.431.483	61.371.592	78,25
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	45.213.385	16.894.093	37,37
Investimentos	45.213.385	16.894.093	37,37
DISPÊNDIOS CORRENTES	54.758.376	47.169.849	86,14
Pessoal e Encargos Sociais	20.770.135	21.441.802	103,23
Materiais e Produtos	4.483.116	3.177.224	70,87
Serviços de Terceiros	13.548.868	10.817.423	79,84
Utilidades e Serviços	2.343.215	2.192.316	93,56
Tributos Encargos Parafiscais	6.503.833	5.604.491	86,17
Outros Dispêndios	7.109.209	3.936.593	55,37
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	99.971.761	64.063.942	64,08

Receita Corrente - O Quadro acima indica um valor estimado para o exercício em R\$ 51,9 milhões, contra R\$ 42,3 milhões realizados, representando um índice de realização de 81,58 %.

Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido – Foi aprovado para o exercício o montante de R\$ 26,6 milhões, sendo R\$ 23,6 milhões para investimentos e R\$ 3,0 milhões para saneamento econômico (demanda trabalhistas), tendo sido repassados para o primeiro o valor de R\$ 16,1 milhões e para o segundo 3,0 milhões. O índice de realização é de 71,76 %.

Investimentos – Foi aprovado para 2008 o valor de R\$ 45,2 milhões, sendo R\$ 23,6 milhões de recursos para Aumento de Capital, R\$ 18,1 milhões de Saldo de Exercício Anterior e R\$ 3,5 milhões de recursos próprios.

Dispêndios correntes – O total fixado para 2008 foi de R\$ 54,8 milhões, contra uma realização de 47,2 milhões, indicando um índice executado de 86,1 %, a seguir relacionados:

Pessoal e Encargos Sociais – Valor aprovado de R\$ 20,8 milhões e realizado 21,4 milhões, indicando um índice de execução de 103,2 % em relação ao fixado, caracterizando uma extrapolação de 3,2 % em relação ao aprovado. Cabe ressaltar que embora tenha havido excesso de execução neste item o realizado total dos Dispendios Correntes ficou dentro do limite aprovado para a CODERN.

Materiais e Produtos – Foi fixado o valor de R\$ 4,5 milhões e realizado o total de R\$ 3,2 milhões, cujo índice de realização alcançou 70,9 %. A insuficiência de geração de receita própria prejudicou a execução deste componente de despesas, em razão do adiamento de manutenção de alguns equipamentos.

Serviços de Terceiros – Foi aprovado para 2008 o valor de 13,5 milhões e executado R\$ 10,8 milhões, com índice de realização de 79,8 %. A insuficiência de geração de receita própria prejudicou a execução deste componente de custo, em razão do adiamento de manutenção de alguns serviços.

Utilidades e Serviços - Do valor de R\$ 2,3 milhões fixado para este item, foi realizado R\$ 2,2 milhões, representando um índice de realização de 93,6 %, estando dentro dos limites aceitáveis.

Tributos e Encargos Parafiscais - Foi fixado o valor de R\$ 6,5 milhões e executado R\$ 5,6 milhões, com um índice de realização de 86,2 %, portanto, dentro dos limites normais.

Outros Dispendios - Do valor de R\$ 7,1 milhões fixado para este item, foi executado somente R\$ 3,9 milhões, representando um índice de realização de 55,4 %. Ressaltamos que o baixo desempenho neste componente de despesas está relacionado à falta de geração de recursos próprios para pagamento dos compromissos assumidos, principalmente das dívidas contratadas com o Instituto de Seguridade Social – PORTUS, onde dos valores previstos de R\$ 1,5 milhões para este exercício, referentes ao parcelamento da dívida e Reserva de Tempo de Serviço a Amortizar – RTSA não foram pagos nenhuma parcela no exercício findo e do valor previsto de R\$ 4,9 para demandas Trabalhistas só foram realizado R\$ 3,0 milhões.

2.2 Indicador ou Parâmetro utilizado para Avaliar o Desempenho da Gestão Institucional sob Exame das Contas

Encontra-se em fase final de implantação os indicadores para avaliação de Gestão Portuária

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Quadro II.A.1.

Não aplicável à CODERN

4 Informações sobre Restos à Pagar de Exercícios Anteriores, conforme Quadro II. A.2

Não aplicável à CODERN

5 Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio

ou contribuição, conforme Quadro II.A.3, além de outras informações que julgar necessárias. Restos à Pagar de Exercícios Anteriores, conforme Quadro II. A.2.

A CODERN não praticou nenhuma das ações acima mencionadas

6. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme abaixo:

6.1. Nome: PORTUS;

6.2. Razão Social: Instituto de Seguridade Social – PORTUS;

6.3. CNPJ: 29.994.266/0001-89;

6.4. Demonstrativo Anual:

QUADRO DE CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES E DA PATROCINADORA

MÊS	SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO DO PATROCINADOR	OUTROS REPASSES *	CONTRIBUIÇÃO BENEFICIÁRIOS	TOTAL
JANEIRO	732.731,69	57.218,72	196.940,65	57.218,72	311.378,09
FEVEREIRO	710.248,09	53.464,28	170.224,83	53.464,28	277.153,39
MARÇO	722.903,20	53.196,47	171.417,45	53.196,47	277.810,39
ABRIL	701.588,80	51.729,07	172.782,10	51.729,07	276.240,24
MAIO	725.171,01	54.643,92	172.717,79	54.643,92	282.005,63
JUNHO	726.043,46	54.769,00	174.114,29	54.769,00	283.652,29
JULHO	735.327,26	56.008,65	175.591,43	56.008,65	287.608,73
AGOSTO	719.498,11	54.225,17	176.644,12	54.225,17	285.094,46
SETEMBRO	671.495,23	47.929,66	177.525,76	47.929,66	273.385,08
OUTUBRO	662.114,52	46.897,18	178.872,32	46.897,18	272.666,68
NOVEMBRO	684.456,46	50.166,38	147.479,33	50.166,38	247.812,09
DEZEMBRO	700.358,95	53.444,09	179.371,41	53.444,09	286.259,59
13º SALÁRIO	693.492,78	51.927,58	11.468,11	51.927,58	115.323,27
TOTAL	9.185.429,56	685.620,17	2.105.149,59	685.620,17	3.476.389,93

*Refere-se a pagamento de Contribuição aos Assistidos, Reserva de Tempo de Serviço a Amortizar – RTSA, parcelamento da dívida e Contribuição de Jóias.

6.1 Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições:

A CODERN recolhe para o PORTUS além das contribuições normais, valores para atender a paridade aos assistidos, recolhimento de jóias e pagamento de contratos assinados com aquela instituição referentes às Reservas de Tempo de Serviços a Amortizar – RTSA e parcelamento de dívida relativa a contribuições não recolhidas;

6.2 Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

Os valores por tipos de aplicação encontram-se demonstrados no Quadro acima, tendo como fundamento legal o Convênio de Adesão e os contratos assinado com a patrocinada.

6.3 Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar:

A Secretaria de Previdência Complementar ainda não se manifestou sobre as demonstrações financeiras do PORTUS, tendo em vista o prazo para estas entidades entregarem as citadas demonstrações ter sido prorrogado para 31 de março.

6.4 Parecer da auditoria independente:

Deixamos de apresentar o Parecer dos Auditores Independentes do PORTUS, em razão daquela Instituição não ter concluído as demonstrações financeiras, cujo prazo de entrega a Secretaria de Previdência Complementar foi prorrogado para 31 de março.

6.5 Descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora:

A CODERN observou os limites orçamentários fixados para os repasses à patrocinadora;

6.6 Recursos humanos e patrimoniais cedidos à patrocinadora:

Não houve recursos humanos nem bens patrimoniais cedidos à Patrocinadora no exercício de 2008.

6.7 Dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada:

A CODERN tem dois contratos assinados com a patrocinadora, sendo um de Parcelamento de Reservas de Tempo de Serviços a Amortizar – RSTA e outro também de parcelamento de dívidas referentes às contribuições vencidas e não pagas. Os contratos acima referidos encontram-se inadimplentes desde janeiro de 2007;

6.8 Ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2001:

A CODERN indicou um membro para compor o Comitê de Controle Interno do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, que, em razão de insuficiência de recursos, foi impedida de participar das reuniões ocorridas em 2008. Ressaltamos que o citado Comitê foi extinto por decisão do Conselho Deliberativo, através da Deliberação Nº 011/2008, de 28 de agosto de 2008.

6.9 Em 31 de dezembro de 2008 o Instituto de Seguridade social – PORTUS apresentou novos cálculos da dívida renegociada com a CODERN, cujos valores ainda permanecem em discussão, uma vez que o montante recalculado pela entidade citada, diverge dos valores registrados no Balanço da CODERN.

7. Demonstração do Fluxo Financeiro de Projetos ou Programa com Recursos Externos

Não aplicável à CODERN

8. Informação Sobre Renúncia Tributária

Não aplicável à CODERN

9. Declaração do Gestor de que o beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram no exercício que se encontra em situação regular com os pagamentos dos tributos juntos à SRFB, ao FGTS e à Seguridade social, conforme modelo no Quadro II.A12.

Não aplicável à CODERN

10. Resultado da Avaliação do impacto sócio econômico das operações de fundo conforme disposto abaixo:

Não aplicável à CODERN.

11. Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de créditos, discriminando o total e a quantidade de despesas pagas mediante fatura e de saques no período a que se refere o Relatório de Gestão, considerando o exercício de referência do relatório de gestão e os dois exercícios anteriores.

A CODERN não concedeu cartões de créditos a diretores, funcionários ou terceiros no exercício de 2008.

12. Informações sobre providencias adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de Controle Interno expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento

Em atendimento ao acima solicitado, apresentamos o Plano de Providência abaixo com as justificativas e providencias que a seguir relacionamos:

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 29/2008/CISET/PR

UNIDADE AUDITADA: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

UG: 396005

1. Item do Relatório de Auditoria:

Item 2 do Anexo

1.1 Recomendação:

Com relação aos indicadores de desempenho da gestão:

12.1.1 - Criar indicadores de desempenho operacional, relacionados às atividades realizadas pela Companhia, que podem ser distintos dos indicadores de programas, de forma a possibilitar a avaliação do esforço e da eficiência governamental, devendo ser apresentado para cada indicador, no mínimo, os atributos da utilidade, eficácia, eficiência e efetividade. (Relativo ao item 2 do Anexo)

1.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) **CONCORDO**

1.3 Providências a serem implementadas

A Companhia não dispõe de acompanhamento de indicadores, porém está providenciando. Ressaltamos que já entramos em contato com outras Companhias Docas com o fito de analisar softwares por elas utilizados para, assim, procedermos uma mais ágil implementação da avaliação de desempenho.

1.4 Prazo limite de implementação:

Dezembro de 2009

2. Item do Relatório de Auditoria:

Item 4.1 ; 4.2; 4.3; 4.4; 4.5; 4.6 e 4.7 do Anexo

2.1 Recomendação:

Com relação aos procedimentos de licitação e execução de contrato:

12.2.1 - Elaborar planejamento de aquisição de combustíveis, e de outros materiais de consumo, com vistas a embasar as licitações no correto enquadramento da modalidade apropriada, evitando a ocorrência de fracionamento de despesas, de modo a cumprir o disposto o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93. (Relativo ao item 4.1 do Anexo)

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) **CONCORDO**

2.3 Providências a serem implementadas

Já foram realizados diversos pregões eletrônicos (relação abaixo) para aquisição dos materiais de consumo e combustível, porém muitos restaram fracassados e/ou desertos. A CODERN continua realizando pregões visando atender ao que exige a Lei de Licitações.

Pregões Eletrônicos para aquisição de materiais de consumo e combustível realizados desde 2007 (ver atas anexas):

1) Edital 026/2007

Objeto: Registro de preço para aquisição de materiais de construção, materiais de expediente, suprimentos de informática e combustíveis para uso da Companhia Docas do Rio Grande Do Norte – CODERN

Lote (1) - COMBUSTÍVEIS

Não foram apresentadas propostas para este lote da licitação

2) Edital 013/2007

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de construção, materiais de expediente, materiais descartáveis, suprimentos de informática, gêneros alimentícios e combustíveis, para uso da Companhia Docas do Rio Grande Do Norte – CODERN

Lote (4) - COMBUSTÍVEIS

Não foram apresentadas propostas para este lote da licitação

3) Edital 018/2008

Objeto: Registro de preços para aquisição de material de expediente, copos descartáveis, água mineral, gêneros alimentícios e combustíveis, para consumo da Companhia Docas do Rio Grande Do Norte – CODERN

Lote (4) – COMBUSTÍVEIS – licitação ocorrida em 10/10/2008, aguardando resultado. Nesse certame apareceram interessados para o fornecimento de combustíveis e acreditamos no sucesso da contratação e conseqüente saneamento do ponto.

2.4 Prazo limite de implementação:

IMEDIATO

12.2.2 - Adotar procedimentos com relação a formação de processos, tais como: autuação, numeração de folhas e de peças. (Relativo ao item 4.2 do Anexo);

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) **CONCORDO**

2.3 Providências a serem implementadas

Definiremos um setor para ficar responsável pelo trâmite dos processos onde será estabelecido não só a formatação funcional como a estrutura física.

2.4 Prazo limite de implementação:

01/01/2009

12.2.3 - Atentar para que as compras e serviços realizados pela Companhia sejam adequadamente enquadrados de acordo com as disposições aplicáveis contidos na Lei nº 8.666/93 e observar a conveniência de adotar procedimentos distintos para objetos diferenciados, buscando propiciar maior competitividade no certame e preços mais vantajosos para a Administração, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade, em cumprimento aos arts. 2º, 3º da Lei nº 8.666/93. (Relativo ao item 4.3 do Anexo);

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) **CONCORDO PARCIALMENTE.**

Concordamos que todas as compras e serviços devam ser adequadamente enquadrados de acordo com a Lei de Licitações, porém no caso em tela entendemos e consideramos que todo o serviço executado no laboratório foi de arquitetura e engenharia (cópia da ART anexa). Todos os armários e bancadas foram projetados, confeccionados e instalados dentro das medidas e desenhos sob encomenda. São peças fabricadas e elaboradas com formatos adaptados e encaixados na arquitetura do espaço físico do laboratório. Portanto, não há de classificá-los como móveis que possam ser adquiridos na prateleira de uma loja de mobiliários.

2.3 Providências a serem implementadas

Propomos a revisão da recomendação.

2.4 Prazo limite de implementação:

12.2.4 - Atentar para que as compras e serviços realizados pela Companhia sejam adequadamente enquadradas de acordo com as disposições aplicáveis contidos na Lei nº 8.666/93. (Relativo ao item 4.4 do Anexo);

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) **CONCORDO**

2.3 Providências a serem implementadas

Nas próximas compras e/ou serviços de mesma natureza serão enquadrados corretamente de acordo com os dispositivos da Lei 8.666/93.

2.4 Prazo limite de implementação:

IMEDIATO

12.2.5 - Atentar para a imperiosa necessidade de realização de prévia pesquisa de preços, quando das aquisições de bens e contratações de serviços, possibilitando a elaboração de orçamento e o conhecimento antecipado dos preços de mercado, com vistas a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e a compatibilidade de preços com o mercado, consoante estabelecido nos arts. 3º, 15, incisos III e V, e 43, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993. (Relativo ao item 4.5 do Anexo);

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) **CONCORDO PARCIALMENTE**

Concordamos em termos que efetuar prévias pesquisas de preço antes das contratações de serviços, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, porém no caso em tela o serviço é muito específico, pois envolve a desmontagem prévia do equipamento, para poder diagnosticar e definir o trabalho a se executar, sem contar com os custos de frete para outros estados, quando depois que a primeira empresa fizer seu orçamento, ter que remontar o equipamento, mandarmos para pelo menos outros dois lugares e desmontar, diagnosticar e montar novamente, e, se no caso o mais vantajoso ter sido a primeira empresa, teremos que arcar novamente com os custos de transporte do equipamento.

2.3 Providências a serem implementadas

Propomos a revisão da recomendação uma vez que o caso é bastante específico, redobramos os cuidados na formalização dos processos instruindo-os de todas as justificativas técnicas antes da contratação.

2.4 Prazo limite de implementação:

IMEDIATO

12.2.6 - Atentar para a necessidade de atestar ou certificar as compras realizadas e os serviços prestados a Companhia, bem como para a imprescindível identificação funcional de quem recebeu as compras ou certificou os serviços, de acordo com determinações do Tribunal de Contas da União expendidas no item 1.3, TC-018.030/2006-9, Acórdão nº 995/2008-TCU-1ª Câmara e item 1.3.9, TC-014.085/2006-9, Acórdão nº 38/2008-TCU-1ª Câmara). (Relativo ao item 4.6 do Anexo);

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) **CONCORDO PARCIALMENTE**

Concordamos com a necessidade de atesto das compras e serviços prestados a Companhia, porém no caso em tela, verificamos nos arquivos dos pagamentos e constatamos que as Notas Fiscais citadas estavam devidamente averbadas por funcionário qualificado para tal. Encaminhamos cópia das Notas Fiscais anexas. O que deve ter ocorrido foi o fato de que a análise por parte da auditoria ter sido feita com a segunda via da documentação, a que constava no processo, onde não constavam os atestos dos serviços.

2.3 Providências a serem implementadas

Propomos a revisão da recomendação.

2.4 Prazo limite de implementação:

12.2.7 - Abster-se de admitir em contratos de prestação de serviços a obrigação de pagar despesas de transporte e alimentação de empregados da contratada. (Relativo ao item 4.7 do Anexo);

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) **CONCORDO**

2.3 Providências a serem implementadas

A Companhia se absterá de pagar despesas de transporte e alimentação nas contratações futuras, bem como não permitir que nas planilhas esses custos venham destacados como itens unitários.

2.4 Prazo limite de implementação:

IMEDIATO

12.2.8 - Exigir nas licitações/contratações planilhas que contemplem a composição detalhada do BDI e dos Encargos Sociais, de forma não onerar o erário com parcelas que não são de sua responsabilidade ou que sejam antieconômicas, e garantir maior eficiência na gestão dos recursos públicos. (Relativo ao item 4.7 do Anexo)

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) **CONCORDO**

2.3 Providências a serem implementadas

A Companhia já exige atualmente em todas as licitações as composições do BDI e dos encargos sociais.

2.4 Prazo limite de implementação:

IMEDIATO

3. Item do Relatório de Auditoria:

Item 5.1 do Anexo

3.1 Recomendação:

Com relação à Gestão de Recursos Humanos:

12.3.1 - Analisar a situação funcional da servidora Maria de Lourdes de Souza Soares, quanto à observância do princípio da segregação de funções em relação a ocupação simultânea dos cargos de Gerente Administrativo e Supervisor da Guarda Portuária. (Relativo ao item 5.1 do Anexo)

3.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) **CONCORDO PARCIALMENTE**

Informamos que a Senhora Maria de Lourdes de Souza Soares ocupava o Cargo Comissionado de Supervisora da Guarda Portuária e devido o afastamento do Gerente Administrativo, Georgino Barros, por motivo de benefício previdenciário, passou a responder

pela Gerência Administrativa. Na ocasião, ela passou a perceber o salário de Supervisor da Guarda Portuária com o complemento para a remuneração de Gerente Administrativo (cópia da ficha financeira anexa), conseqüentemente recebendo somente a remuneração referente ao cargo de Gerente Administrativo.

Informamos ainda que a situação já foi resolvida em 11/08/2008, quando a mesma foi exonerada em ambos os cargos (cópias das Portarias anexas).

3.3 Providências a serem implementadas

Propomos a revisão da recomendação.

3.4 Prazo limite de implementação:

4. Item do Relatório de Auditoria:

Item 10.1 e 10.2 do Anexo

4.1 Recomendação:

Com relação ao órgão de Controle Interno da Entidade:

12.4.1 - Estruturar a Unidade de Auditoria Interna com recursos humanos (quantidade suficiente e perfil técnico adequado) e tecnológicos (atualização tecnológica dos equipamentos de informática), que lhe permita o bom desenvolvimento de suas atividades, conforme manifestação do TCU exarada no Acórdão nº 996/2008-TCU-1ª Câmara, (item 1.16, TC-018.993/2006-8). (Relativo ao item 10.1 do Anexo);

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) **CONCORDO PARCIALMENTE**

Embora seja necessário, e entendendo a dificuldade da auditoria interna, a Companhia não dispõe de quadro de pessoal específico para dotar o setor de Engenheiro de Obras Portuárias e Economista. Sempre fica a disposição funcionários de qualquer especialidade/área para auxiliá-los nos serviços de auditoria na empresa, conforme já colocado e orientado pelo Conselho de Administração da CODERN, e também, a auditoria interna conta com um escritório de contabilidade para serviços de assessoria fiscal e tributária.

2.3 Providências a serem implementadas

Propomos a revisão da recomendação.

2.4 Prazo limite de implementação:

12.4.2 - Promover a imediata regularização das pendências relativas aos achados de auditoria, implementando de forma tempestiva as recomendações consignadas nos relatórios da Auditoria Interna da CODERN relativos a 2007. (Relativo ao item 10.2 do Anexo);

4.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) **CONCORDO**

4.3 Providências a serem implementadas

Serão redobradas as cobranças para que os setores citados nos relatórios respondam e sanem os pontos elencados.

4.4 Prazo limite de implementação:

01/01/2009

5. Item do Relatório de Auditoria:

Item 11.1 do Anexo

5.1 Recomendação:

Em relação à Gestão Patrimonial:

12.5.1 - Adotar medidas objetivando corrigir as falhas, especialmente no que concerne a desatualização dos Termos de Responsabilidades. (Relativo ao item 11.1 do Anexo)

5.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) CONCORDO

5.3 Providências a serem implementadas

No memorando GEADMI 152/2008, de 15/07/2008, informamos que a atualização dos termos de responsabilidade referentes ao acervo patrimonial da Companhia seria providenciado até o dia 30/07/2008, os quais foram prontamente atendidos. Encaminhamos todos em anexo.

5.4 Prazo limite de implementação:

Já implementado.

6. Item do Relatório de Auditoria:

Item 16.1 do Anexo

6.1 Recomendação:

Em relação a aplicabilidade do Regimento e Normas Internas:

12.6.1 - Adotar providências para promover a revisão das normas internas que prescindam de atualização, assim como para a criação ou estabelecimento de rotinas e procedimentos de vários setores da Companhia, objetivando dar maior celeridade aos atos de gestão e possibilitar um controle interno administrativo e gerencial mais eficaz. (Relativo ao item 16.1 do Anexo).

6.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) CONCORDA

6.3 Providências a serem implementadas

A Companhia analisará as normas existentes e verificará as que necessitam ser atualizadas.

6.4 Prazo limite de implementação:

Julho de 2009.

13. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento

Ofício nº 0343/2008-SECEX-RN, de 27/05/08, natureza: Diligência Acompanhamento, solicita informações referente a ação movida pela empresa Naveriver Navegação Fluvial Ltda.

Respondido conforme Carta DAF nº 121/2008, de 26/06/08.

- Ofício nº 0335/2008-TCU/SECEX-RN, de 07/05/08, prorrogação de prazo para atendimento a diligência objeto do Ofício nº 0335/2008-SECEX-RN-DT.

- Ofício nº 423/2008-TCU/SECEX/RN, de 29/05/08, encaminha cópia do Acórdão nº 827/2008, determinando o arquivamento dos autos de monitoramento, constituídos em face de determinação contida no subitem 9.4 do Acórdão nº 1.122/2004-Plenário, prolatado na Sessão de 11/08/04, inserido na Ata nº 29/2004-Plenário, uma vez saneadas as questões que o motivaram, determinando o arquivamento com fulcro no art. 169, inciso IV, do RITCU.

- Acórdão nº 4774/2008-TCU-2ª Câmara, 11/11/08, recebido em 27/11/08, considera legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal.

14. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem com aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do artigo 7º da IN/TCU Nº 55/2007.

A CODERN encontra-se cadastrada desde 31 de outubro de 2007 no Sistema de Apreciação e Registros dos Atos de Admissões e Concessões (SISAC), nos termos da Instrução Normativa Nº 44 de 02 de outubro de 2002 substituída pela Instrução Normativa Nº 55 de 24 de outubro de 2007, quando a CODERN credenciou um usuário para acesso ao SISAC. Em 14 de agosto de 2008 a CODERN através da Carta DP 153/2008 apresentou todos os atos de admissão de 2007 até 14 de agosto de 2008. Quanto às demissões a CODERN informou diretamente no Sistema SISAC.

Ressaltamos que as informações daí decorrentes encontram-se devidamente atualizadas no referido Sistema dentro do prazo legal.

15. Demonstrativo relacionando as dispensas instauração de Tomada de Contas Especiais e a Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos incisos 1 a 4 do parágrafo 1º do art. 5º da Instrução Normativa – TCU Nº 56, de 05 de dezembro de 2007, conforme modelo do Quadro II.A.13.

A CODERN não teve Tomada de Contas Especial no exercício de 2008.

16. Outras informações consideradas pelo responsável como relevantes para avaliação da conformidade e do desempenho da gestão:

A CODERN manteve os Convênios abaixo relacionados

16.1. Convênio DNIT/AQ 0268/2006-00 assinado em 29 de dezembro de 2006 com o Departamento Nacional de Infraestrutura-DNIT para O Programa de Trabalho 26.784.1459.5597.0024 - Construção do Cais de Contêineres no Porto de Maceió – AL, totalmente executado, cujos valores a seguir revelamos:

EXECUÇÃO DO CONVENIO DNIT/0268/2006-00

Discrição	Liberado-SIAF	Executado	A Executar
Recursos Liberados	20.438.375,37		20.281.139,32
Valores realizados:		20.281.139,32	157.236,05
Saldo devolvido através da GRU, de 09/12/2008.		157.236,05	0,00
Total	20.438.375,37	20.438.375,37	0,00

16.2. Convênio SEP/001/2008-3ª Fase, assinado em 01 de setembro 2008 com a Secretaria Especial de Portos-SEP, para o Programa de Trabalho 26.784.1459.5597-0027- Construção do Cais de Contêineres no Porto de Maceió – AL, com prazo de duração previsto para 31 de dezembro de 2009, no valor estimado de R\$ 36.671.922,89, sendo R\$ 18.060.000,00 para OGU/2008 e R\$ 18.611.922,89 para exercícios futuros. O Convênio encontra-se em execução cujos, valores a seguir revelamos:

EXECUÇÃO DO CONVENIO SEP/001/2008-3ª FASE

Discrição	Liberado-SIAF	Executado	A Executar
Recursos Liberados	6.716.761,17		6.716.761,17
A Prestar Contas		6.716.761,17	0,00
			0,00
Total	6.716.761,17	6.716.761,17	0,00

Natal – RN, 31 de dezembro de 2008

EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR
Diretor-Presidente

GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA
Diretor Administrativo e Financeiro

HANNA YOUSSEF EMILLE SAFIEH
Diretor Técnico – Comercial